

A25A – 31 de Janeiro de 2011
Jantar Temático no restaurante “ResPública”
Os 120 anos do 31 de Janeiro de 1891
(Intervenção de António Lima Coelho,
Presidente da Direcção da ANS
Associação Nacional de Sargentos)

Estamos a comemorar a passagem de 120 anos sobre a revolta de 31 de Janeiro de 1891, efeméride normalmente evocada como o primeiro levantamento nacional contra o regime monárquico, mas de onde poucas vezes ressalta aquela classe de militares que iniciaram a revolta, lhe deram corpo e souberam defender a dignidade do seu gesto nos momentos de adversidade - os Sargentos da Guarnição do Porto.

De entre as causas da revolta sublinha-se a indignação colectiva contra o Ultimato imposto pela Inglaterra, a corrupção do poder, a iminência da bancarrota, a manifesta incapacidade da monarquia em salvaguardar a independência e a honra nacionais.

Sendo verdadeiras estas causas é impossível delas dissociar o movimento de dignificação da classe de sargentos que então se desenvolveu a par do despertar cívico do povo português.

Foi o accionamento pelo Governo de medidas administrativas contra os responsáveis numa petição relacionada com as promoções, o factor que precipitou o deflagrar da revolta, dado o convencimento dos sargentos que as punições iriam desarticular o núcleo de dirigentes do movimento que então emergia.

A ideia da República ganhava novos adeptos e surgia para muitos portugueses como único meio de resgatar a Pátria humilhada. A monarquia era um regime desacreditado, os governos da aristocracia alternavam-se como comensais insaciáveis à mesa do orçamento. O País estava a saque, a Nação de joelhos perante as grandes potências. A república era uma esperança.

Neste clima, uma nova imprensa, cheia de vigor combativo e ardor patriótico surgia à luz do dia, de onde se destaca o jornal “*A República Portuguesa*” editado no Porto e dirigido por João Chagas. De entre outros jornais publicados na época, assinalam-se “*O Sargento*” e “*A Vedeta*”, dedicados aos sargentos. O primeiro teve particular importância ao proceder à divulgação das reivindicações sentidas pela classe: aumento do pré; promoção dos primeiros sargentos a sargento ajudante; promoção a primeiro sargento por curso e mediante exame, etc.

A partir do Ultimato, as reclamações dos sargentos ganham outra dimensão, e a ruptura surge quando se viram preteridos, em favor dos aspirantes, nas promoções às vagas de alferes, em condições ilegais, por decisão ministerial publicada em Ordem do Exército em princípios de Janeiro de 1891.

O jornal “O Sargento” publica, em 10 de Janeiro de 1891, um artigo extremamente contundente, delimitando os campos e lançando as hostilidades.

Ao mesmo tempo um numeroso grupo de sargentos do Porto, subscrevem um documento a que deram o título “Protesto” e do qual realço algumas passagens:

“É já demasiado longo o cadastro dos logros e vilipêndios que nos infligiram, colectivamente, os últimos governos da Nação. Despertemos da nossa inércia ignominiosa, e digamos-lhes com altivez de quem tendo brio e pundonor sabe repelir as afrontas.

Basta de escárneo, imprudentes estadistas. Não brinqueis com o fogo que ele pode incinerar-vos!

É urgente que a classe de oficiais inferiores do Exército, solidariamente, sustente a todo o custo a sua dignidade e o seu prestígio. Soou enfim a hora em que não deve haver tibiezas, contemporizações de qualquer ordem, para protestarmos homogeneamente contra os que nos vexam com o egoísmo mais humilhante.

Nós temos sido a pela de brinquedo dos governos dos últimos tempos, e o nosso bom nome clama com energia para que termine este ultrage.

Há pouco era um ministério que tendo-nos constantemente iludido com a promessa de aumento de vencimento, só quando foi invadido pelo terror da agonia é que se lembrou de que nós podíamos ser o seu sustentáculo, e por isso tentou corromper-nos, sacudindo nas nossas faces as migalhas da toalha do orçamento.

Agora, um gabinete presidido por um general que nós ingenuamente considerámos nosso protector, nosso amigo solícito e desvelado, que tendo-nos prometido a escala de promoção por antiguidade do curso, se curva perante as exigências de uma agremiação política em que militam muitos oficiais da arma científica, respondendo com desprezo à nossa ardente...e jubilosa expectativa.

Unamo-nos todos: que haja uma só voz, um só pensamento, uma só vontade!

Desviemos os olhos deste monstro pestilente, que exala miasmas que nos asfixiam, e volvamo-nos para a alvorada que desponta no horizonte social...”

Na mesma altura os sargentos da guarnição de Lisboa elaboram, pelas mesmas razões, uma petição, para ser assinada individualmente e dirigida ao rei.

Na véspera do 31 de Janeiro, a iminência dum golpe, e até certos pormenores da sua execução, eram discutidos um pouco por todo lado e por toda a gente. Ninguém parecia estar na ignorância do que ia acontecer apesar do modo improvisado, no plano organizativo, do desencadeamento da acção. Isto, apesar das reticências colocadas por dirigentes do Partido Republicano que se questionavam ou punham mesmo em causa apoiar ou secundarizar uma revolta *“vinda da caserna, decidida pelas espingardas dos Sargentos e não pelas espadas dos Oficiais”*.

Às três horas da madrugada inicia-se o movimento.

São sargentos e cabos que sublevam Caçadores 9, Infantaria 10 e a 5.^a Companhia da Guarda Fiscal. É ainda um sargento que leva consigo numerosos praças de Infantaria 18 a juntar-se aos revoltosos fora do quartel, contrariando um oficial que já tinha feito abortar a movimentação naquele quartel.

Na rua de Santo António, hoje rua 31 de Janeiro, o tiroteio inesperado e impiedoso, da Guarda Municipal, entrincheirada nas escadarias da Igreja de Santo Ildefonso, pôs termo àquela marcha que parecia ser a de uma vitória sem sangue. Os obuses do Regimento da Serra do Pilar bombardearam a Câmara ... e dos telégrafos da Batalha não chegaram a ser expedidos os telegramas que anunciariam às comissões locais a proclamação da República, e a Coimbra onde um numeroso grupo de estudantes e de sargentos de Infantaria 23 apenas esperavam esse sinal para secundar a acção do Porto.

Uma das figuras de maior destaque neste movimento foi o 1.^o Sargento Abílio, de seu nome Abílio Francisco de Jesus Meireles. Na madrugada do dia 31 assumiu o comando da sua unidade, o Regimento de Caçadores 9, então instalado num antigo mosteiro na Rua de S. Bento da Vitória. O comandante do Regimento, Coronel Malheiro (não confundir com o Alferes Malheiro) escapando à vigilância colocada à porta do seu quarto, veio à rua tentar desmobilizar os soldados das suas intenções. Ao aperceber-se ser o 1.^o Sargento Abílio quem comandava os militares, disse-lhe: *“...também você, Abílio? E eu que era tão seu amigo...”* ao que o Sargento Abílio ripostou: *“...dar-nos-ia muito grande prazer, meu coronel, se viesse comandar o regimento...”*, e como o comandante se recusou, Abílio afirmou: *“...nesse caso, V.Ex.^a fica e nós saímos!”*. Foi aqui que se viveu um dos momentos determinantes não só para o movimento mas também para o facto do Sargento

Abílio se ter tornado no herói dessa madrugada longínqua, pois após este diálogo Abílio terá bradado “VIVA A REPÚBLICA!” no que foi seguido, de imediato e de forma entusiástica, pelos restantes soldados e por muitos populares que se haviam juntado aos militares.

Os moderados defendiam que não se podia impor a república pela força. A este argumento deu resposta o Sargento Abílio quando ao depor em Conselho de Guerra lhe colocaram a pergunta se ele era *“republicano de evolução, isto é, dos que desejam que pela propaganda seja conquistada pacificamente a maioria da nação?”* ao que respondeu o Sargento Abílio: *“Não senhor, estou convencido de que pela evolução nem daqui por um século teremos a república em Portugal!”*

A morte e a invalidez de muitos. O exílio e o degredo para tantos mais. Foi esse o desfecho para os vencidos do 31 de Janeiro.

Nem por isso os vencedores puderam ficar tranquilos. A sorte dum regime contra o qual se ergueram sacrifícios tão puros e desprendidos estava decidida, o que veio a acontecer dezanove anos mais tarde, em 5 de Outubro de 1910.

Cabe-me neste momento reconhecer publicamente a coragem da decisão inédita da autarquia de Vila Real, quando decidiu outorgar a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, à Associação Nacional de Sargentos, enquanto representante dos Sargentos que tanto contribuíram para a implantação da República. Esta cerimónia decorreu naquela cidade transmontana aquando das comemorações do centenário da República, no passado dia 5 de Outubro, em cerimónia pública de grande simbolismo, que coincidiu com a inauguração de uma rotunda denominada “Rotunda da República” homenageando assim aqueles que em 1910 resistiram na Rotunda, em Lisboa, tornando possível a implantação da República.

Durante o Estado Novo, é sob a tutela desta data histórica que os republicanos, os democratas, vão reavivar a oposição ao Estado Novo, reivindicando novamente a República, a República democrática, que veio de novo a ser instaurada a 25 de Abril de 1974.

No plano nacional, importa referir que a Revolta do Porto, em primeiro lugar, mostrou aos republicanos o caminho para terminar com a Monarquia e instaurar a República, isto é, o 31 de Janeiro constituiu o primeiro e o mais importante antecedente do 5 de Outubro, demonstrando assim que era, não pela evolução, não pelo

sufrágio eleitoral, mas sim através da revolução que o Partido Republicano podia conquistar o poder.

Em segundo lugar, a Revolta do Porto sacralizou as cores da bandeira e o hino, que se vieram a transformar em símbolos nacionais.

A bandeira verde e vermelha, porque foi sob estas cores que os revoltosos do Porto combateram e morreram.

A “Portuguesa”, marcha patriótica gerada na indignação que o Ultimato britânico suscitou, rapidamente acarinhada em todo o País, foi o hino ao som de cujos acordes os revoltosos de 1891 avançaram, tornando-se a partir daí o hino do Partido Republicano Português. Proibida pela Monarquia, a “Portuguesa”, após o 5 de Outubro de 1910, irrompeu de novo pela voz popular, consagrando-se definitivamente, em 1911, como o nosso Hino Nacional, até aos nossos dias.

Hoje, 120 anos decorridos sobre “**A Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891**”, torna-se profundamente irónico que muitas das razões que afectam profundamente os militares em geral e os sargentos em particular, radicam naquelas que originaram o movimento que aqui hoje comemoramos.

Estamos a comemorar esta efeméride num quadro de grande injustiça social, quando assistimos a ataques fortíssimos aos direitos profissionais, sociais e assistenciais contra os portugueses em geral, contra os militares mas muito em particular contra os militares das mais baixas patentes. Se como na altura denunciámos, já não era fácil entender e muito menos aceitar a forma diferenciada e injusta como foram aplicadas as alterações ao sistema retributivo, criando gritantes excepções para comandantes, directores ou chefes, mais se agravou o sentimento de injustiça com a aplicação dos cortes de vencimentos e direitos sociais, entre muitos outros motivos de insatisfação.

E mais irónico ainda é verificar que os responsáveis por essas situações se encontram nas mesmas posições que se encontravam aqueles que motivaram a revolta.

Tendo como exemplo a coragem, a determinação e a consciência de direitos de cidadania dos nossos camaradas de 1891, também nós, perante toda a adversidade, mas conscientes das razões que nos assistem, deveremos saber encontrar a força necessária para levar de vencida os obstáculos.

Que o acto heróico dos homens do 31 de Janeiro de 1891 não caia no esquecimento.

Viva o 31 de Janeiro!

Viva a República! Viva Portugal!